



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0008735-27.2010.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **C & C Representações Comerciais Ltda Me**  
 Requerido: **Art Pel Industria de Embalagens Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

C & C REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Art Pel Industria de Embalagens Ltda, também qualificada, alegando ter prestado serviços de representação comercial a ré através da pessoa de *Cláudio Bergler Júnior*, e que a ré houve por bem em rescindir o contrato, por justa causa, retendo o valor de R\$ 4.423,32, pelo qual pretende a condenação da ré ao pagamento, além de que, por não haver especificado nem tampouco demonstrado a justa causa para a rescisão do contrato, seja a ré condenada a indenização de R\$ 16.941,62, equivalente à metade (1/2) do total de comissões recebidas durante a vigência de todo o contrato, na forma regulada pelo art. 27, j, da Lei nº 4.886/65 e alterações da Lei nº 8.420/92, bem como outros R\$ 2.420,81 a título de aviso prévio calculado pela média de recebimento dos últimos três meses de trabalho.

A ré justificou a rescisão do contrato por justa causa, apontando que tal medida se deu em razão de ter o Sr. *Cláudio Bergler Júnior* passado a desviar as vendas de produtos similares para a empresa *Recipack Ind. e Com. de Papelão Ltda*, também sediada nesta cidade de São Carlos, empresa da qual o Sr. *Cláudio* era sócio proprietário, de modo a provocar a queda acentuada nas vendas a partir do final do ano de 2008, daí não possa a autora fazer jus a qualquer remuneração, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O feito foi instruído com prova documental, com o depoimento pessoal das partes e com a oitiva de duas (02) testemunhas da autora e três (03) da ré, seguindo-se alegações finais, nas quais as partes reiteraram suas postulações.

É o relatório.

Decido.

Segundo o autor, a rescisão do contrato de representação comercial teria ocorrido em 25 de junho de 2009, de modo que não há se falar em prescrição, atento a que o termo inicial da contagem do prazo em discussão seja a data da própria rescisão: *“Contrato de representação comercial. Comissão e indenização. Prescrição. 1. “Prescreve em 5 (cinco) anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida e os demais direitos que lhe são garantidos por esta Lei”. (art. 44, da Lei 4.886/96), contados quanto à pretensão indenizatória, pela rescisão imotivada e pela ausência de aviso prévio, do término do contrato e quanto às diferenças de comissões, não pagas na integralidade, do não pagamento da retribuição mensal devida”* (cf. Ap. nº 0056298-03.2009.8.26.0000 - 18ª Câmara de Direito Privado TJSP -



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

9/03/2014 <sup>1</sup>).

Rejeita-se, portanto, a exceção.

Em relação ao pedido de cobrança da comissão no valor de R\$ 4.423,32, a ré não negou assista tal direito à autora.

Na resposta, afirmou que *“não tem direito as comissões de 3% e suas diferenças pleiteadas na quantia de R\$ 4.423,32, ressaltando que a pendência das comissões é superior ao valor real pendente, cuja obrigação está prescrita, caso seja deferido o pagamento este será utilizado na compensação de ressarcimento dos prejuízo causados ao requerido a serem apurados, assim desde já ficam impugnados as indenizações e as pendências de comissões”* (fls. 862/863).

Como se vê, e com o devido respeito, não houve impugnação específica do pedido de pagamento dessas comissões, e, como se sabe, *“se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido”* (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS <sup>2</sup>), pois *“a regra do art. 302 dispensa o fato não contestado de prova e impede que o juiz forme uma convicção própria sobre ele”* (LUIZ GUILHERME MARINONI) <sup>3</sup>.

À vista dessa presunção de veracidade que a falta de contestação específica autoriza, conforme art. 302, *caput*, do Código de Processo Civil, este Juízo determinou que a ré *“comprove por documento o pagamento das comissões”*, indicando as notas fiscais nas alíneas a., b. e c. do item 3., do despacho saneador de fls. 1.406 verso.

A ré veio aos autos apresentar uma relação, conforme se vê às fls. 1.409.

Cumpra considerar, contudo, que *“Uma vez que o pagamento é um dos fatos extintivos da obrigação, ao devedor incumbe prová-lo”*, sendo que essa prova *“tem de ser cabal, produzindo-se com a demonstração de que a prestação cumprida corresponde integralmente ao objeto da obrigação a que se refere”* (cf. ORLANDO GOMES <sup>4</sup>).

Ora, não há nos autos prova de que a ré pagou ao autor essas comissões, que somam R\$ 4.423,32, de modo que é de rigor o acolhimento do pedido, nessa parte, para condenar a ré ao pagamento, com acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da respectiva venda, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

No que diz respeito às verbas rescisórias, cumpria à ré demonstrar a justa causa da rescisão do contrato de representação comercial, demonstrando que o Sr. *Cláudio Bergler Júnior*, na condição de representante legal da empresa autora, tivesse constituído uma empresa denominada *Recipack Ind. e Com. de Papelão Ltda*, cujo objeto era a venda dos mesmos produtos que ela, ré, comercializava, passando daí a *desviar as vendas* de seus produtos em proveito próprio.

O representante da autora disse, em depoimento pessoal, que a queda das vendas deveu-se ao fato de que a *Faber Castell* tenha deixado de comprar por conta do preço elevado (fls. 1.114) e negou o desvio de clientes para sua empresa que, segundo disse, teria sido constituída em 2007, do que a ré tinha conhecimento (fls. 1.114 verso).

O Sr. *Aparecido Donizetti*, testemunha da autora, disse-nos que só tomou conhecimento de que o Sr. *Cláudio* comercializava as embalagens por uma empresa própria quando a ré formulou exigências de quantidade mínima para aceitar o pedido, destacando que

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

<sup>3</sup> LUIS GUILHERME MARINONI, *Tutela Antecipada, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, 4ª ed., 2000., n. 5, p. 79.

<sup>4</sup> ORLANDO GOMES, *Obrigações*, Forense, RJ, 1986, p. 136.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Cláudio* nunca oferecera produtos dessa empresa em desfavor dos produtos da ré (fls. 1.416).

Essa exigência da ré, de quantidade mínima para aceitar o pedido, foi confirmada pela testemunha *Edson*, funcionário da empresa *AW Faber Castell*, que admitiu tenham mudado de fornecedor por conta dessa exigência (fls. 1.417).

Segundo a testemunha *Edson*, “foi o próprio Sr. *Cláudio* quem deu essa notícia” a respeito da exigência de quantidades mínimas (*loc. cit.*).

O representante da ré, de sua parte, disse-nos que ao notar a queda nas vendas, apurou que “*existia uma empresa com o nome Recipack que estava jogando o preço, impedindo de competir*”, apurando, depois, que essa empresa pertencia ao Sr. *Cláudio*, seu representante comercial, mencionado por um amigo empresário em termos de que “*presta atenção no Cláudio, está te furando o olho*” (sic.), para depois ainda apurar pelo sistema do *Serasa* que *Cláudio* era mesmo “*o sócio majoritário e dois funcionários nossos faziam parte também*” (sic. – fls. 1.118 verso).

Essa “apuração” teria sido levada a cabo pela testemunha *Clério*, que após visitar os clientes da região a cargo da autora concluiu que “*cerca de 16 ou 17 clientes tinham passado a comprar de uma empresa chamada Recipack que, segundo aqueles clientes, tinha preços bem mais baixos e não fazia exigência de quantidade mínima*”, destacando, porém, “*que não é verdade aquele limitação de quantidades mínimas para venda*” (fls. 1.422 verso).

A inexistência dessa limitação de quantidade para a venda foi confirmada pela testemunha *Ari*, que trabalhou para a ré em tempos anteriores ao desligamento do Sr. *Cláudio*, afirmando-nos que “*a ré trabalhava com cartonagem e isso implica no fornecimento de pequenas quantidades de embalagens*” (fls. 1.420 verso).

Não obstante a inexistência dessa limitação de quantidade, fato é que, conforme dizeres da testemunha *Aubner*, vendedor que assumiu a região antes a cargo da autora, os clientes visitados disseram que o Sr. *Cláudio* “*vinha alegando que a Artpel não vendia pequenas quantidades*” (fls. 1.418 verso).

E voltando então aos dizeres da testemunha arrolada pela própria da autora, o funcionário da *AW Faber Castell*, Sr. *Edson*, temos a confirmação de que “foi o próprio Sr. *Cláudio* quem deu essa notícia” a respeito da exigência de quantidades mínimas (fls. 1.417).

Para rematar, o depoimento da testemunha *Clério*, a respeito de que “*os orçamentos com elevação dos preços da Artpel estavam assinados pelo Sr. Cláudio*” (fls. 1.422 verso).

Ou seja, ainda que não tenha passado a oferecer abertamente os produtos de sua empresa em lugar dos produtos da ré, o Sr. *Cláudio* “criou” um empecilho aos clientes que visitava para a compra dos produtos da ré, aos quais, de algum modo, acabou por oferecer os produtos de sua própria empresa, atento a que ele próprio, Sr. *Cláudio*, admita que, no final das contas, a área de vendas de sua empresa, a *Recipack*, coincidia com a área da ré, por englobar as cidades de *São Carlos*, *Porto Ferreira*, *Descalvado* e *Araraquara* (fls. 1.115 verso).

Há, portanto, prova suficiente de que a rescisão do contrato se deu por justa causa, sendo a ação improcedente nessa parte.

A sucumbência da autora, portanto, é verificada na maior parte do pedido, de modo que, não obstante o acolhimento parcial da demanda em relação às comissões, inverte-se o ônus da sucumbência, de modo que cumprirá à autora arcar com o pagamento ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré *Art Pel Industria de Embalagens Ltda* a pagar à autora *C & C REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME* a importância de R\$ 4.423,32 (*quatro mil*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*quatrocentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos*), com acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da respectiva venda, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, invertido o ônus da sucumbência, de modo que CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 25 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**